Mapa do Novo Congresso:

Perfil Ambiental da 58ª Legislatura

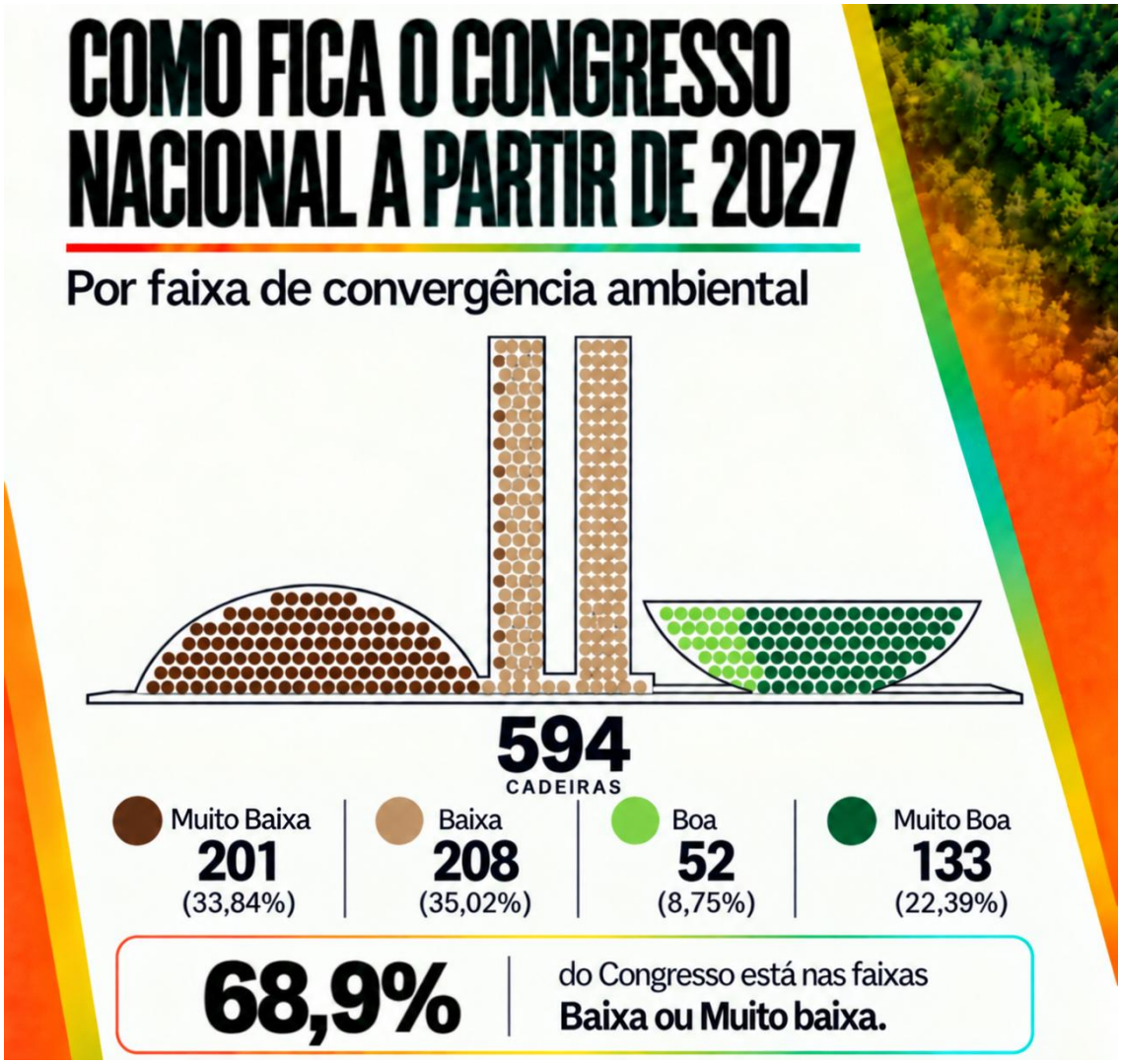
Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom

OBSERVATÓRIO DO CLIMA

BRASÍLIA/DF – OUTUBRO 2026

Congresso Nacional

A convergência ambiental indica o quanto a atuação e os votos de um parlamentar se aproximam da agenda de proteção ambiental e climática: quanto maior a convergência, maior o alinhamento. Na comparação entre as Casas, o Senado apresenta o cenário mais adverso. Na projeção realizada pelo Observatório do Clima, 64 de 81 senadores (79,0%) estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa da convergência ambiental, e na Câmara 345 de 513 deputados (67,3%). A Câmara reúne proporcionalmente mais parlamentares nas faixas Boa ou Muito Boa. No conjunto do Congresso, as faixas Baixa e Muito Baixa somam 409 das 594 cadeiras (68,9%).



Prioritariamente, sempre que disponível, foi utilizada a classificação do Farol Verde, plataforma do Instituto Democracia e Sustentabilidade que mede o Índice de Convergência Ambiental (ICAt) dos parlamentares. O índice considera a convergência

dos votos com a agenda socioambiental e adota quatro faixas: Muito Baixa (0 a 25%), Baixa (26 a 50%), Boa (51 a 69%) e Muito Boa (70 a 100%).

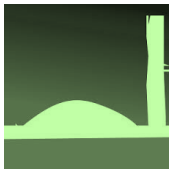
No Senado Federal, dos 81 nomes da projeção para 2027, 56 (69,1%) têm dados registrados no Farol Verde e 25 (30,9%) foram estimados, com base, sobretudo, no ICAt médio computado por partido. No PSB, considerou-se o ICAt médio do partido na Câmara, pois havia dados disponíveis para apenas um senador.

Na Câmara dos Deputados, dos 513 parlamentares que integrarão a Casa a partir de 2027, 306 (59,6%) têm classificação diretamente baseada no ICAt do Farol Verde. Para os 207 casos restantes (40,4%), identificados como valor estimado, a análise utilizou como referência principal o ICAt médio do partido na Câmara dos Deputados na 57ª Legislatura.

Complementarmente, a análise considera a composição e o perfil socioambiental dos parlamentares eleitos. O histórico de cada nome foi apurado individualmente, com base na atuação em cargos públicos, políticas adotadas e posicionamentos relacionados à agenda socioambiental. Foram priorizadas fontes oficiais, como Câmara, Senado, assembleias legislativas e governos, com uso complementar de matérias da imprensa.

Vale ressaltar que a classificação partidária não indica automaticamente como cada parlamentar votará, mas serve como melhor referência disponível quando não há dados individuais robustos.

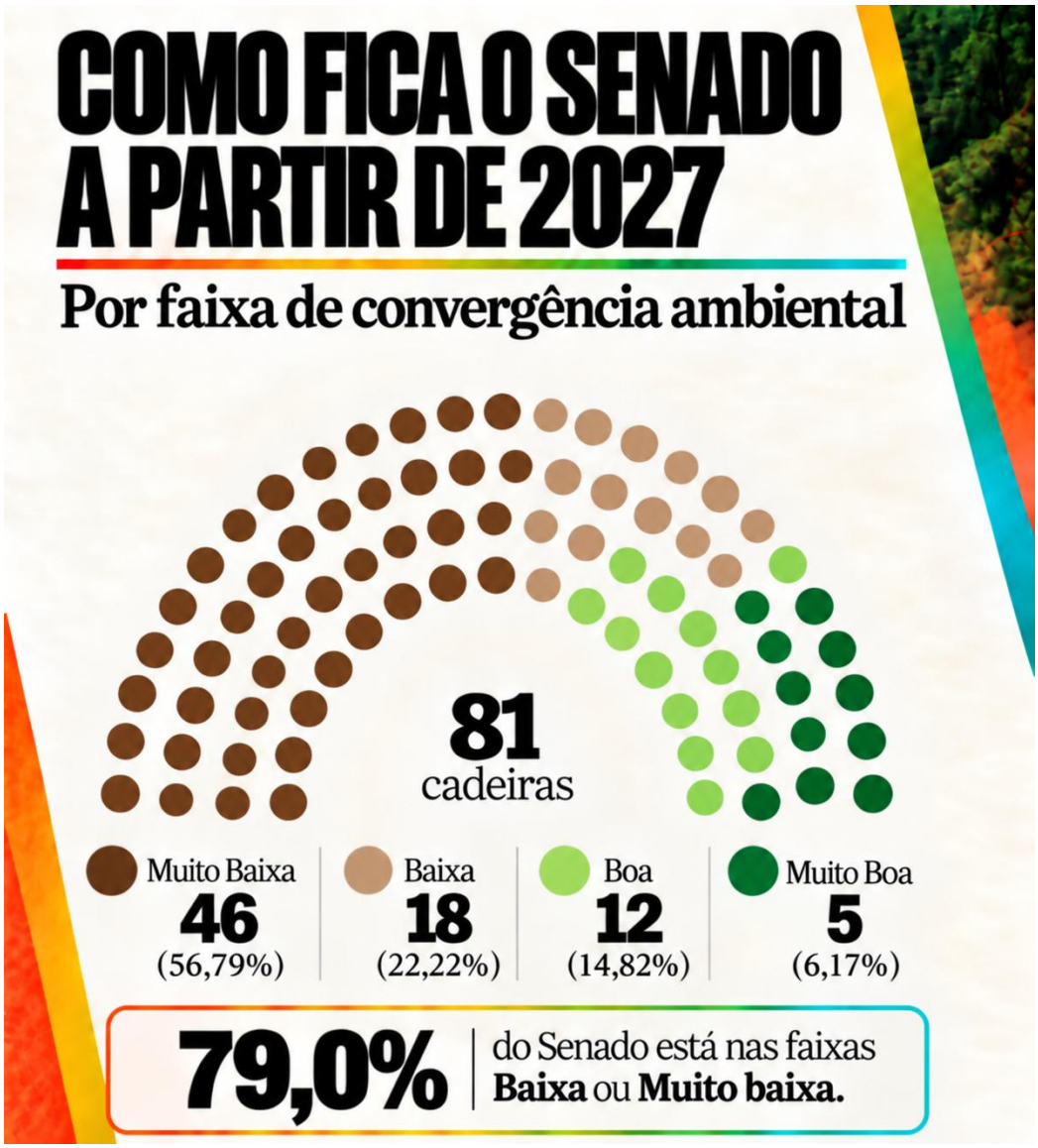
A análise extraiu dados relativos à 56ª Legislatura considerando dezembro de 2022 e à 57ª Legislatura considerando setembro de 2026.



Senado Federal

O Senado Federal piora para o meio ambiente. As faixas Baixa e Muito Baixa passam de 58 das 81 cadeiras (71,6%) na 57ª Legislatura para 64 (79,0%) na projeção da 58ª Legislatura, aumento de 7,4 pontos percentuais. As faixas Boa e Muito Boa recuam de 19 para 17 cadeiras, de 23,5% para 21,0%.

Esse cenário é reforçado pelo forte crescimento de partidos de extrema direita, como o Partido Liberal (PL), com histórico de convergência ambiental muito baixa, que passa de 15 para 28 cadeiras, de 18,5% para 34,6% do Senado. O resultado também é influenciado pela renovação da Casa: os novos senadores apresentam, em média, menor convergência ambiental do que os reeleitos.



Mais de 3 em cada 4 senadores da nova composição estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa de convergência ambiental: 64 de 81 (79,0%).

Faixa ambiental	Senadores	% do Senado
Muito Baixa	46	56,79%
Baixa	18	22,22%
Boa	12	14,82%
Muito Boa	5	6,17%
Total	81 (100,00%)	

O PL cresce e muda o peso das bancadas

A principal mudança entre as três legislaturas é a expansão do PL, enquanto PSD, MDB, Podemos e PSDB perdem peso relativo no Senado.

Partido	56ª Legislatura (2019–2022)[1]	57ª Legislatura (2023–2026)[2]	58ª Legislatura (2027–2030)[3]	Δ 56→58
PL	7 (8,64%)	15 (18,52%)	28 (34,57%)	**+21**
PT	7 (8,64%)	9 (11,11%)	9 (11,11%)	**+2**
PSD	14 (17,28%)	14 (17,28%)	5 (6,17%)	**−9**
MDB	13 (16,05%)	9 (11,11%)	8 (9,88%)	**−5**
Republicanos	1 (1,24%)	6 (7,41%)	5 (6,17%)	**+4**
PP	7 (8,64%)	7 (8,64%)	6 (7,41%)	**−1**
União	6 (7,41%)	3 (3,70%)	6 (7,41%)	**0**
PSB	1 (1,24%)	7 (8,64%)	4 (4,94%)	**+3**
Novo	0 (0,00%)	0 (0,00%)	3 (3,70%)	**+3**
Podemos	9 (11,11%)	3 (3,70%)	2 (2,47%)	**−7**
PSDB	6 (7,41%)	4 (4,94%)	2 (2,47%)	**−4**
PDT	4 (4,94%)	2 (2,47%)	1 (1,24%)	**−3**
Rede	1 (1,24%)	0 (0,00%)	1 (1,23%)	**0**
Avante	0 (0,00%)	1 (1,24%)	0 (0,00%)	**0**
Sem partido	1 (1,23%)	1 (1,24%)	1 (1,23%)	**0**
Cidadania	1 (1,23%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	**−1**
Solidariedade	1 (1,23%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	**−1**
PRD	2 (2,47%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	**−2**
Total	81 (100,00%) em cada legislatura			

Entre a 56ª Legislatura e a 58ª, o PL ganha 21 cadeiras. No mesmo período, PSD, MDB, Podemos e PSDB, somados, perdem 25. O movimento aumenta o peso relativo de uma única legenda na negociação interna da Casa.

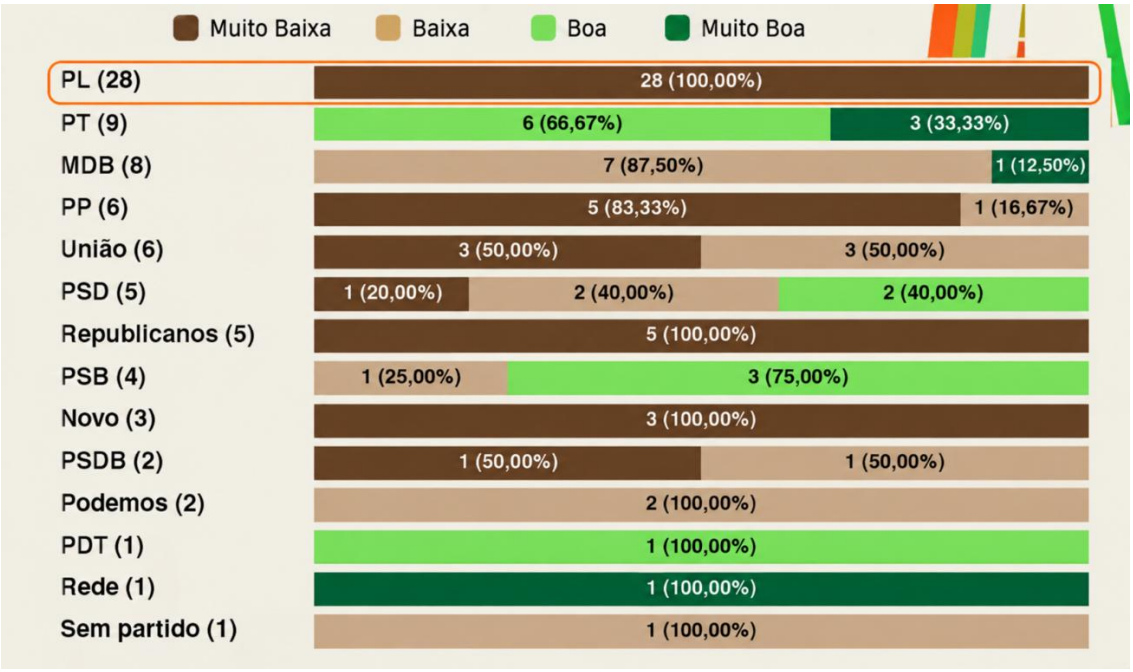
O PL passa a ocupar 28 das 81 cadeiras (34,6%) no Senado na 58ª Legislatura.

A expansão conjunta de partidos de direita e centro-direita pode aproximar esse espectro político dos patamares necessários para aprovar matérias fundamentais: leis complementares exigem maioria absoluta, de 41 votos, e PECs exigem três quintos, ou 49 votos, em dois turnos (Constituição Federal - CF, arts. 47, 60 e 69).

[1] Nota 1: 56ª — número apurado em dez/2022.
[2] Nota 2: 57ª — número apurado em set/2026.
[3] Nota 3: 58ª — A projeção da planilha final inclui Alex Diniz (PL–MG) e Luís Felipe Cunha (União–PR) no lugar de Cleitinho e Sergio Moro, respectivamente. Alan Rick (Republicanos), Omar Aziz (PSD) e Professora Dorinha (União) permanecem na composição analisada, pois ainda estão disputando o segundo turno.

Além do Plenário, a correlação de forças influencia a eleição da Mesa Diretora, as presidências de comissões, a escolha de relatorias, os requerimentos de urgência e a definição da pauta. No bicameralismo, isso torna o Senado um ponto de veto extremamente relevante: textos aprovados na Câmara podem ser alterados ou rejeitados, e as emendas retornam à Casa iniciadora (CF, art. 65). Como o Senado também aprova indicação de autoridades e exerce fiscalização sobre o Executivo, a mudança alcança controles institucionais para além da produção de leis e altera o equilíbrio institucional entre os Poderes (CF, art. 52).

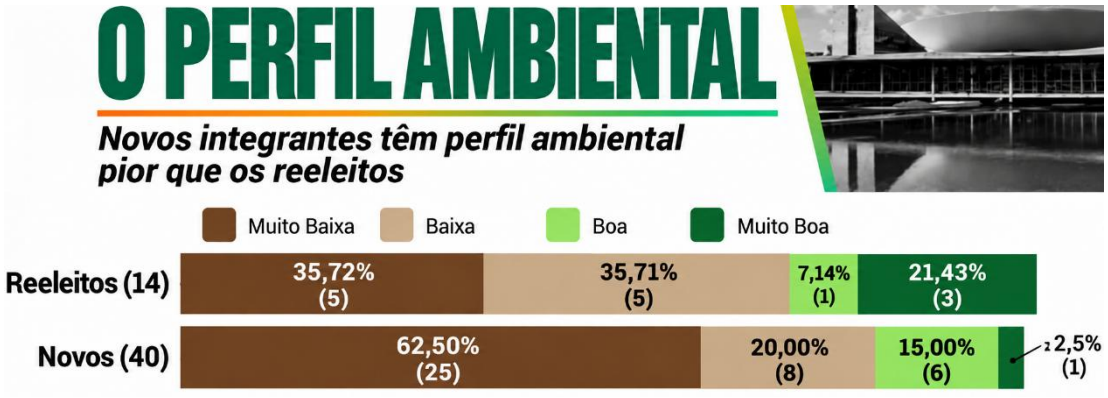
Usando o ICAt médio dos partidos no Senado na 57ª Legislatura como referência, 69 cadeiras da projeção para a 58ª (85,2%) pertencem a legendas cuja média se enquadra nas faixas Muito Baixa ou Baixa.



Para a agenda ambiental, isso tende a elevar o custo de negociação, ao ampliar o risco de retrocessos ou inviabilizar propostas mais protetivas e aumenta a importância da transparência, do escrutínio público e da articulação com minorias parlamentares e setores de centro.

A renovação piora o perfil ambiental

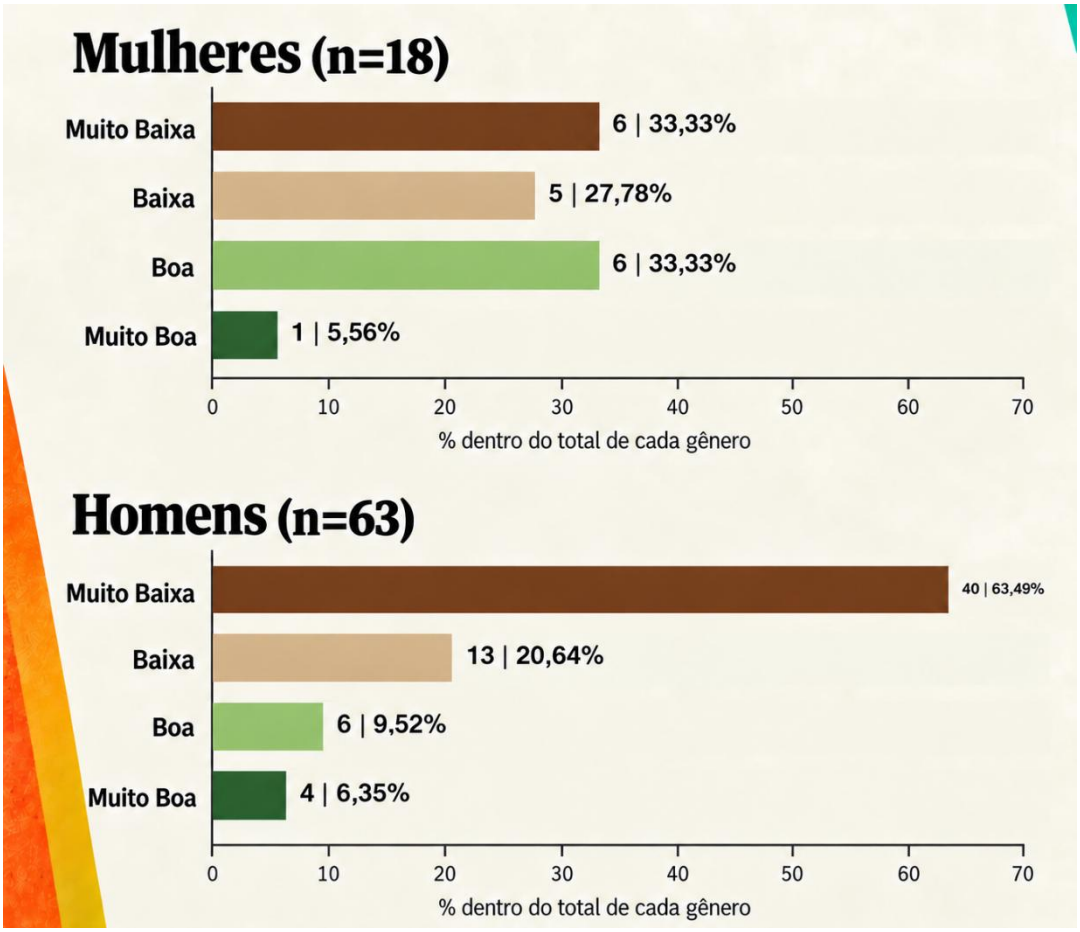
Entre os 54 parlamentares eleitos, 43 (79,6%) estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa de convergência ambiental. O quadro é mais desfavorável entre os novos: dos 54 eleitos, 14 foram reeleitos e 40 são novos integrantes da Casa.



A renovação piora o perfil: 33 dos 40 novos (82,5%) estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa, contra 10 dos 14 reeleitos (71,4%). A faixa Muito Boa representa 21,4% entre os reeleitos (3) e apenas 2,5% entre os novos (1).

Mulheres são minoria, mas aparecem mais nas faixas superiores

Na 58ª Legislatura do Senado Federal (2027–2030), 63 das 81 cadeiras (77,8%) são ocupadas por homens e 18 (22,2%) por mulheres. Entre as mulheres, 7 de 18 (38,9%) estão nas faixas Boa ou Muito Boa, proporção cerca de 2,5 vezes maior do que entre os homens: 10 de 63 (15,9%). Entre eles, 53 de 63 (84,1%) estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa, ante 11 de 18 mulheres (61,1%).



A representação racial também é reduzida. Entre os 81 nomes da 58ª Legislatura, há 22 pessoas que se autodeclaram como pretas ou pardas: 3 pretas e 19 pardas (27,2%). Há uma pessoa indígena (1,2%). Entre os 54 eleitos, 16 se autodeclaram como pardos (29,6%) e não há registro de pretos ou indígenas. É importante destacar que a classificação racial, isoladamente, não permite concluir se há vínculo com movimentos negros ou indígenas ou atuação no tema[4].

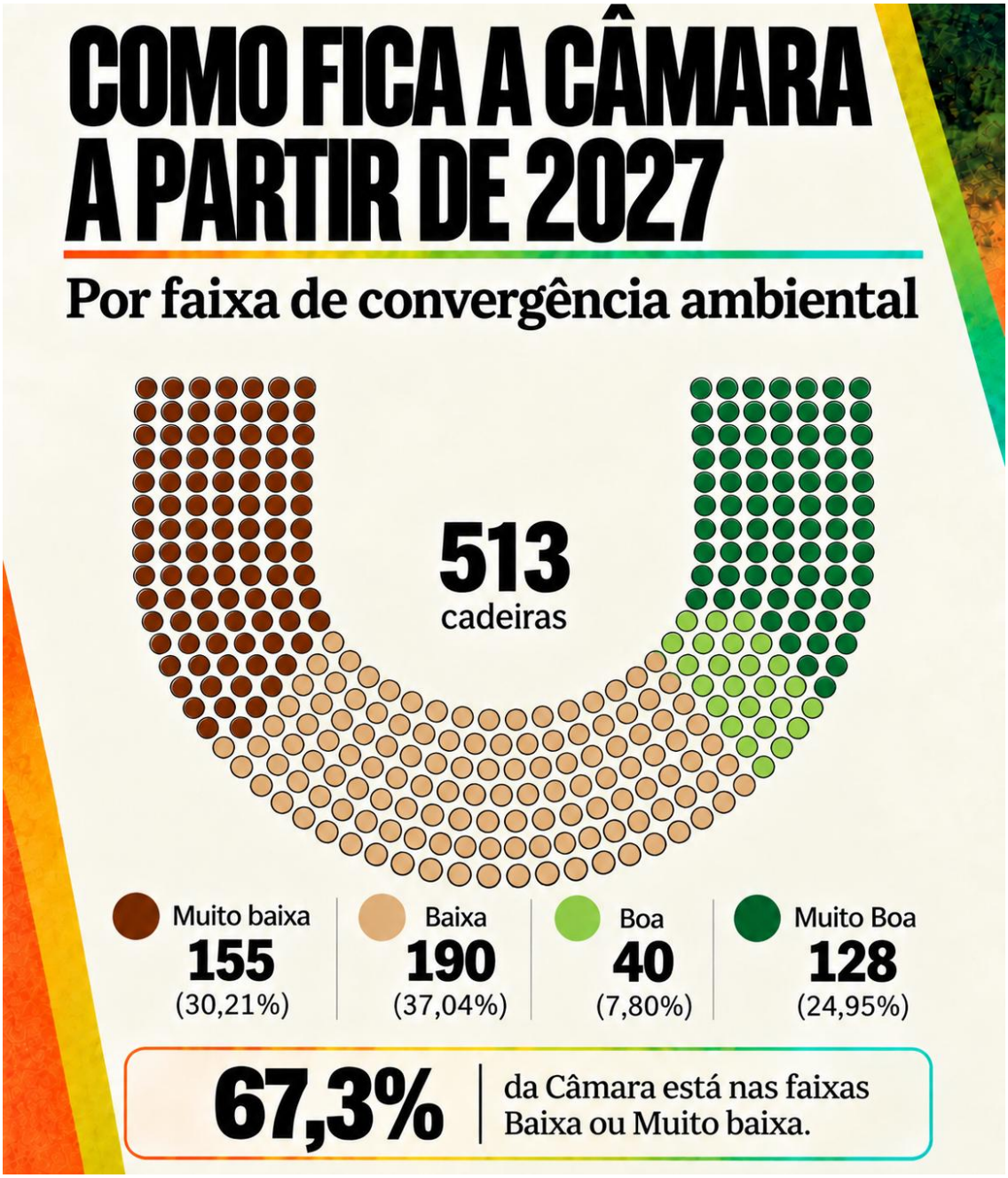
A próxima legislatura do Senado assumirá seu mandato em um país onde a crise climática já faz parte do cotidiano, com secas, enchentes, incêndios e ondas de calor cada vez mais frequentes e severas. Fenômenos como o El Niño podem agravar esses extremos, mas seus impactos se somam aos efeitos de um planeta já aquecido. Esses impactos não atingem todos os territórios e populações da mesma maneira. As populações mais carentes estão mais expostas e têm mais dificuldade de enfrentar os problemas climáticos. Além disso, a crise climática se sobrepõe a desigualdades históricas e pode aprofundar situações de racismo ambiental.

Nesse cenário, cresce a responsabilidade do Senado, a Casa da Federação. Não basta reagir a cada desastre depois que ele acontece. Será preciso fortalecer a capacidade de estados e municípios prevenirem riscos, adaptarem territórios, financiarem respostas e protegerem as populações mais vulnerabilizadas. **O próximo Senado terá de fazer uma escolha concreta: ajudar o país a enfrentar uma crise já em curso ou aprofundar uma trajetória em que a resposta pública, quando chega, vem depois do desastre.**

[4] Para mais informações: https://www.instagram.com/p/DeJx7UbkSZ5/?stkn=dDdycTh5NTIxYWIt e https://votoantirracista.org/candidaturas/. Acesso em 06/05/2026.

Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados piora para o meio ambiente. A 58ª Legislatura amplia o perfil de baixa convergência ambiental: 67,3% dos 513 deputados estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa, acima dos 63,0% da 57ª. O grupo Boa/Muito Boa cai de 181 para 168 cadeiras, enquanto o PL amplia sua bancada de 98 para 121 deputados (23,6% da Casa).



Mais de dois terços da Câmara estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa: 345 de 513 (67,3%).

A faixa Baixa é a maior da nova composição, com 190 deputados (37,0%). A faixa Muito Baixa reúne 155 (30,2%); Boa, 40 (7,8%); e Muito Boa, 128 (25,0%). Boa e Muito Boa somam 168 cadeiras (32,7%), abaixo das 181 (35,3%) registradas na 57ª Legislatura.

O PL cresce e muda o peso das bancadas

A principal mudança entre as três legislaturas é a expansão do PL, que passa de 77 cadeiras para 121 entre a 56ª Legislatura e a 58ª. Também crescem PT (56 para 70) e Podemos (17 para 27). As maiores reduções entre a 56ª e a 58ª ocorrem no PP (−15), PDT (−13), PSDB (−12) e Solidariedade (−11).

Partido	56ª Legislatura (2019–2022)[5]	57ª Legislatura (2023–2026)[6]	58ª Legislatura (2027–2030)	Δ 56→58
PL	77 (15,01%)	98 (19,10%)	121 (23,59%)	**+44**
PT	56 (10,92%)	65 (12,67%)	70 (13,65%)	**+14**
União	53 (10,33%)	52 (10,14%)	46 (8,97%)	**−7**
PSD	46 (8,97%)	48 (9,36%)	43 (8,38%)	**−3**
PP	56 (10,92%)	46 (8,97%)	41 (7,99%)	**−15**
Republicanos	43 (8,38%)	42 (8,19%)	41 (7,99%)	**−2**
MDB	37 (7,21%)	38 (7,41%)	36 (7,02%)	**−1**
Podemos	17 (3,31%)	27 (5,26%)	27 (5,26%)	**+10**
PSB	23 (4,48%)	17 (3,31%)	15 (2,92%)	**−8**
PSOL	8 (1,56%)	13 (2,53%)	14 (2,73%)	**+6**
PCdoB	8 (1,56%)	11 (2,14%)	11 (2,14%)	**+3**
PSDB	23 (4,48%)	17 (3,31%)	11 (2,14%)	**−12**
Novo	8 (1,56%)	5 (0,97%)	10 (1,95%)	**+2**
PV	4 (0,78%)	6 (1,17%)	7 (1,36%)	**+3**
PDT	19 (3,70%)	10 (1,95%)	6 (1,17%)	**−13**
Avante	6 (1,17%)	5 (0,97%)	5 (0,98%)	**−1**
PRD	8 (1,56%)	3 (0,59%)	5 (0,97%)	**−3**
Solidariedade	13 (2,54%)	4 (0,78%)	2 (0,39%)	**−11**
Missão	0 (0,00%)	1 (0,20%)	1 (0,20%)	**+1**
Rede	2 (0,39%)	3 (0,59%)	1 (0,20%)	**−1**
Cidadania	6 (1,17%)	2 (0,39%)	0 (0,00%)	**−6**
Total	513 (100,00%)			

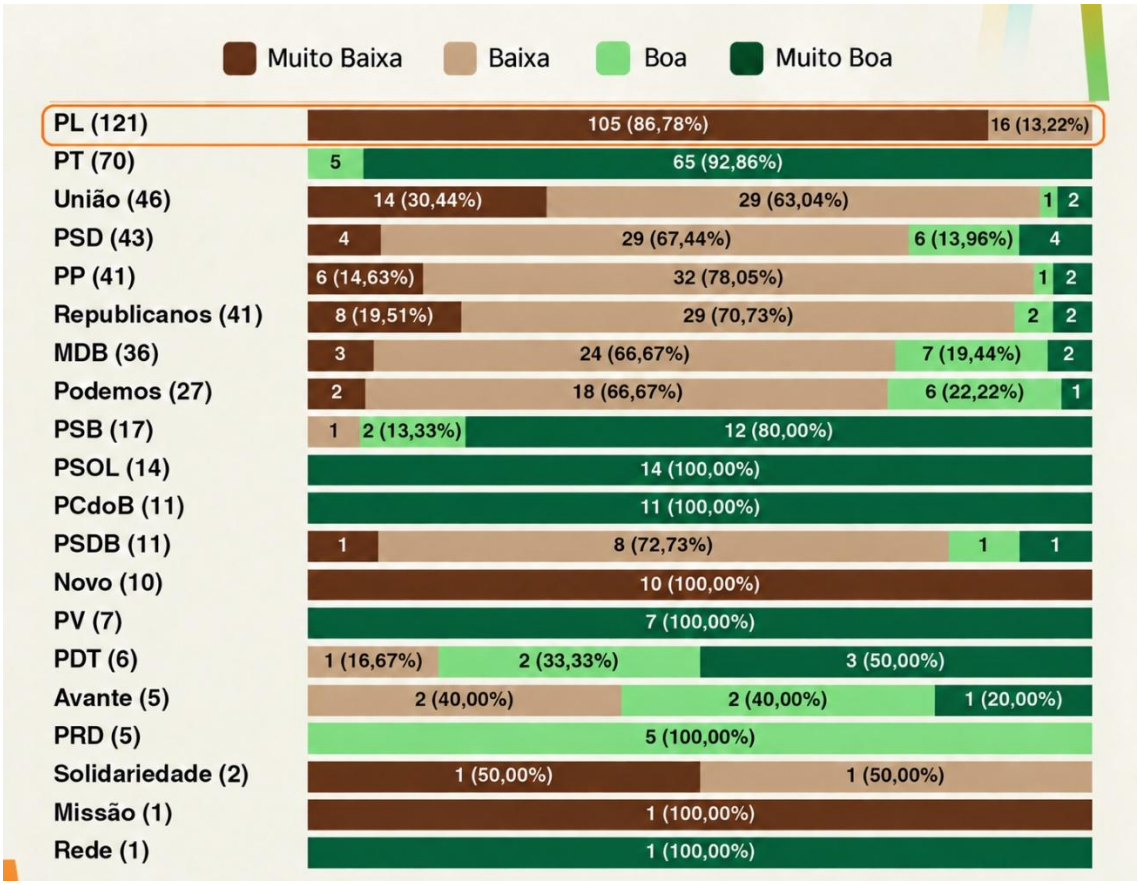
Entre a 56ª e a 58ª Legislatura, o PL ganha 44 cadeiras. No mesmo período, PP, PDT, PSDB e Solidariedade, somados, perdem 51. **O movimento aumenta o peso relativo do PL na composição da Câmara, assim como no Senado.**

Como no Senado, o crescimento do PL na Câmara amplia seu peso nas negociações pela Mesa Diretora, pelas presidências das comissões e pela escolha de relatorias. A nova correlação de forças influenciará quais propostas entram na pauta, a velocidade de tramitação e o conteúdo dos textos aprovados. Para a agenda ambiental, isso aumenta

[5] Nota 1: 56ª — número apurado em dez/2022.
[6] Nota 2: 57ª — número apurado em set/2026.

a necessidade de negociação entre bancadas para aprovar medidas de proteção ou conter retrocessos.

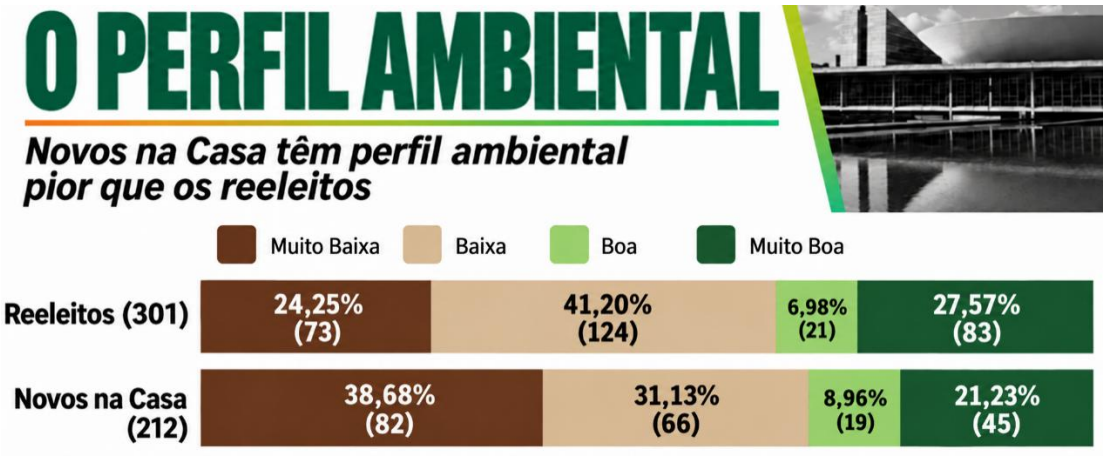
Usando o ICAt médio dos partidos na 57ª Legislatura como referência, 376 cadeiras (73,3%) estão em legendas cuja média se enquadra nas faixas Muito Baixa ou Baixa.



Para a agenda ambiental, esse desenho combina maior peso do PL com uma maioria de cadeiras em legendas de Baixa ou Muito Baixa convergência partidária. A leitura aponta para um cenário mais difícil para propostas que visam a proteção do clima e do meio ambiente em geral.

A maioria dos novos deputados na Casa tem perfil ambiental pior que os reeleitos

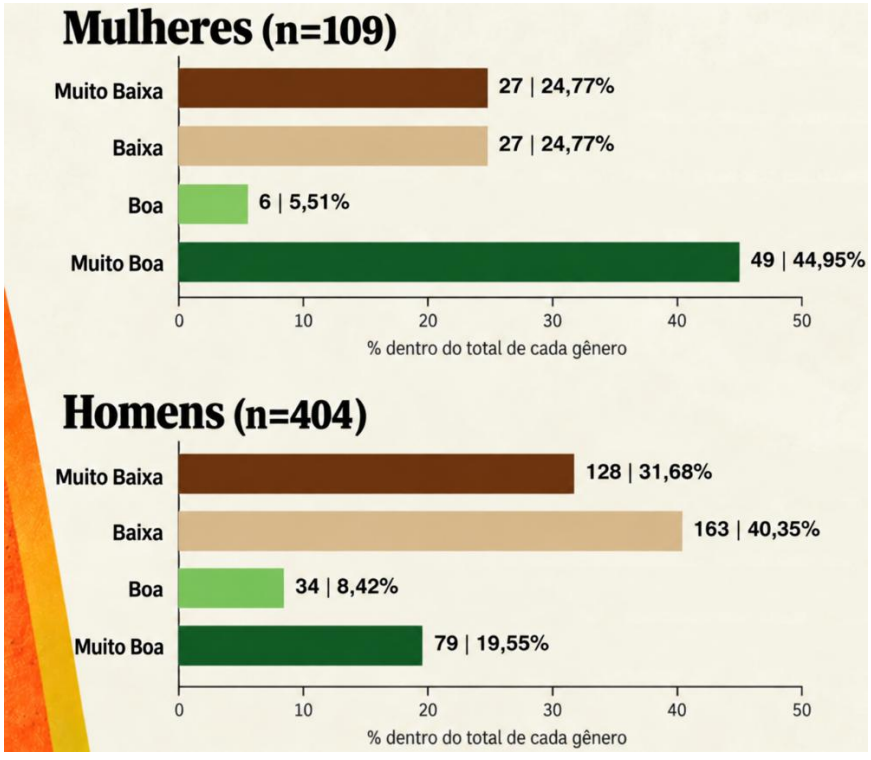
Dos 513 eleitos, 301 foram reeleitos para a Câmara e 212 são novos na Casa.



O perfil é menos convergente entre os novos na Casa: 148 de 212 (69,8%) estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa, contra 197 dos 301 reeleitos (65,4%). Nas faixas Boa ou Muito Boa, a proporção é inversa: 64 novos integrantes (30,2%) e 104 reeleitos (34,6%). Entre os eleitos com classificação Muito Boa estão incluídas lideranças positivas no campo socioambiental.

Mulheres são minoria, mas aparecem mais nas faixas superiores

Na 58ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2027–2030), 404 das 513 cadeiras (78,8%) são ocupadas por homens e 109 (21,2%) por mulheres. A diferença também aparece no perfil socioambiental: entre as mulheres, 50,5% estão nas faixas Boa ou Muito Boa, proporção 1,8 vezes maior do que a observada entre os homens (28,0%). Entre eles, 72,0% estão nas faixas Baixa ou Muito Baixa, ante 49,5% entre elas. Há ainda três pessoas transgênero, equivalentes a 0,6% das cadeiras.



A representação racial também é reduzida. Entre os 513 nomes da composição da Câmara na 58ª Legislatura, 135 estão registrados na planilha como pretos ou pardos, sendo 29 pretos e 106 pardos, o equivalente a 26,3% do total. Apenas três estão registrados como indígenas (0,6%). Os demais são 374 brancos e um amarelo. É importante destacar que a classificação racial, isoladamente, não permite concluir se há vínculo com movimentos negros ou indígenas ou atuação no tema[7].

Nesse cenário, cresce a responsabilidade da Câmara dos Deputados**,** a Casa do Povo e principal espaço de representação direta da sociedade brasileira. Sua composição deve refletir não apenas a diversidade do país, mas também as necessidades de uma população que já convive com os efeitos concretos da crise climática. Esses impactos não atingem todos os territórios e populações da mesma maneira. Entre outros fatores, a crise climática se sobrepõe a desigualdades históricas e pode aprofundar situações de racismo ambiental. **Independentemente da composição partidária, a próxima Câmara tem a obrigação de cumprir seu papel de transformar essa representação em respostas capazes de proteger vidas, territórios e direitos socioambientais.**

[7] Para mais informações: https://www.instagram.com/p/DeJx7UbkSZ5/?stkn=dDdycTh5NTIxYWIt e https://votoantirracista.org/candidaturas/. Acesso em 06/05/2026.

Foto: Rodrigo Vargas